

A experiência dos professores de Educação Física no processo de inclusão escolar do estudante surdo

The experience of Physical Education teachers in the process of school inclusion of the deaf student

PEDROSA VS, BELTRAME ALN, BOATO EM, SAMPAIO TMV. A experiência dos professores de Educação Física no processo de inclusão escolar do estudante surdo. **R. bras. Ci. e Mov** 2013;21(2): 106-115.

Valéria dos S. Pedrosa¹
André L. N. Beltrame¹
Élvio M. Boato^{1,2}
Tânia M. V. Sampaio¹

¹Universidade Católica de Brasília
²Secretaria de Educação do Distrito Federal

RESUMO: O crescente debate e estudos sobre a inclusão, para pessoas com deficiência, tem dado visibilidade a indivíduos que anteriormente estavam à margem do processo social, conseqüentemente da escola, a despeito dos impasses, avanços tem sido percebidos. O objetivo dessa pesquisa foi identificar, na experiência dos professores de Educação Física, seu preparo para atuar com o aluno Surdo dentro da perspectiva da inclusão escolar. Participaram do estudo 38 professores de Educação Física da Regional de Ensino da Ceilândia-DF de escolas do Ensino Fundamental e Médio. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário elaborado especificamente para esse estudo com questões fechadas e uma questão aberta. Nos resultados da pesquisa evidenciou-se que a grande maioria dos professores já atuou em turmas com crianças com deficiência, requerendo deles uma atuação em que a inclusão estava presente. No que tange à preparação para a inclusão do aluno com surdez, um número expressivo dos professores não teve em sua formação acadêmica, disciplinas correspondentes, sua formação continuada e a específica em Libras foi acentuadamente baixa segundo suas respostas, no entanto, classificam sua relação com as turmas como boa e excelente em sua maioria e apontam que lhes falta preparo para atuarem na educação física de forma inclusiva. A realidade da experiência docente com a inclusão evidencia a necessidade de uma maior atenção ao processo de formação e capacitação do professor, bem como da facilitação do poder público para que isso ocorra e possam atuar de modo que a inclusão seja uma realidade de fato e não apenas de direito.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Física Adaptada; Surdez.

ABSTRACT: The growing debate and studies on the inclusion for people with disabilities, has given visibility to individuals who were previously on the sidelines of the social process, as a result of the school, despite the deadlock, progress has been perceived. The objective of this research was to identify, on the experience of physical education teachers, your preparation to work with the student Deaf within the perspective of school inclusion. Participated in these study 38 teachers of physical education teaching of Regional Ceilândia-DF of elementary and Middle schools. The instrument used for collecting data was a questionnaire designed specifically for this study with an open question and closed issues. In the search results showed that the vast majority of teachers have starred in classes with children with disabilities, requiring them a performance in which the inclusion was present. When it comes to preparing for the inclusion of students with deafness, a significant number of teachers did not have in his academic training, corresponding disciplines, their continuing education and the specific in sign language Libras was extremely low according to their responses, however, classify its relationship with classes as good and excellent in its majority and point out that they lack preparation for the physical education so inclusive. The reality of teaching experience with the inclusion highlights the need for greater attention to training and capacity-building process of the teacher, as well as the facilitation of Government for this to occur and to act so that the inclusion is a reality and not just right.

Key Words: Inclusive Education; Adapted Physical Education; Deafness.

Enviado em: 29/10/2012
Aceito em: 25/02/2013

Contato: Valéria dos S. Pedrosa - lela.pedrosa@hotmail.com

Introdução

A deficiência, para Rodrigues¹, é uma condição em grande parte construída socialmente e é, sobretudo, fruto dos valores prevalentes na sociedade e na cultura em que ocorre. Sendo assim, o processo histórico da educação especial é constituído de grandes períodos de desenvolvimento das atitudes em relação à deficiência que em diversas culturas e épocas sofreu com os estigmas, com a segregação e com a exclusão, conforme concebe Bianchetti².

Nesse contexto, ultimamente, acentuam-se o debate e os estudos sobre a inclusão social e educacional da pessoa com deficiência. De acordo com Munster e Almeida³ tal inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir a pessoa com deficiência dando-lhe autonomia, sendo que, na escola, toda a comunidade escolar deve estar envolvida, inclusive os professores de Educação Física.

Silva, Souza e Vidal⁴ analisaram o papel da Educação Física Escolar diante dos paradigmas da inclusão e destacam que o princípio básico da mesma é que todos devemos conviver com as diferenças que são a marca que nos definem e nos tornam únicos. Os autores acrescentam que “não podemos deixar de pensar em como articular o tempo, o espaço e o conhecimento na Educação Física Escolar que contemple não só o aluno com deficiência, mas o princípio da diversidade da diferença” (p.73)⁴.

Nesse contexto Glat⁵ enfatiza a importância da educação inclusiva em oferecer processos de ensino-aprendizagem significativos independente das diferenças individuais e a necessidade de propiciar aos alunos um ambiente educacional acolhedor e que ofereça oportunidades para o desenvolvimento. Já Maciel⁶, destaca que a promoção de ações inclusivas nas escolas possibilita esse desenvolvimento considerando que as condições destes, não são limitantes, mas são parte do processo de construção de um ser humano que é mais do que um conjunto de capacidades inatas ou pré-determinadas.

No processo de inclusão escolar encontram-se aqueles que apresentam quadro de surdez que é definida

por Winnick⁷ como “uma perda auditiva em que a audição é insuficiente para compreender as informações auditivas, com ou sem o uso de um aparelho” (p.195)⁷. É importante enfatizar que a surdez gera atraso da linguagem ou perturbação no desenvolvimento geral, e deve ser vista não como uma patologia, mas como um déficit de audição⁸.

O aluno surdo geralmente não tem restrição quanto à participação na Educação Física, mas para que haja sucesso na aula, o professor deve ter capacitação por meio de estudos e conhecimentos sobre surdez, para viabilizar o processo de comunicação, fundamental para desenvolver um trabalho de ensino-aprendizagem⁷.

No trabalho com surdos, é importante que o professor domine a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS que é considerada como língua natural que utiliza canal espaço-visual, criado para comunidades surdas⁹. No entanto, sabe-se que esta não é uma realidade ampla na escola pública regular.

É importante salientar que a linguagem permite ao ser humano estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com o outro e nesse sentido, a palavra, utilizada em um processo verbal de linguagem, é fator fundamental no processo de formação da consciência, e na pessoa com surdez a ausência de intercâmbio auditivo-verbal pode trazer prejuízos ao seu desenvolvimento¹⁰.

Na tentativa de descrever e discutir o conhecimento e o preparo dos professores de Educação Física para atuar com alunos com deficiência alguns estudos apontam problemas ou até ausência de cursos de formação em Educação Física além de um latente sentimento de despreparo para atuar junto a alunos com deficiência¹¹⁻¹³.

Já para o estudante surdo essa realidade não é diferente de maneira que é inegável que a maioria dos alunos surdos sofreu uma escolarização pouco responsável conforme aponta Lacerda¹⁴; Silva e Pereira¹⁵ também observaram que professores tinham dificuldades em acompanhar o processo escolar dos alunos surdos, mesmo considerando-os inteligentes e com potencial de aprendizagem. A maioria deles relacionou as dificuldades

de aprendizagem à falta de linguagem. As autoras concluíram que embora existissem condições para a inclusão eles continuavam à margem desse processo.

Sendo assim, para que o aluno surdo seja atendido efetivamente o professor deve repensar suas perspectivas pedagógicas adotando metodologias apropriadas que favoreçam a comunicação entre surdos e ouvintes. Portanto, a partir dessa realidade surge o questionamento: estaria o professor de Educação Física Escolar preparado para trabalhar com a inclusão de alunos surdos em suas aulas?

Para responder a essa questão, o objetivo dessa pesquisa foi identificar, na experiência dos professores de Educação Física, seu preparo para atuar com o aluno Surdo dentro da perspectiva da inclusão escolar.

Materiais e Métodos

A pesquisa de caráter qualitativo exploratório foi realizada a partir da aplicação de questionário constituído de questões fechadas e uma questão aberta, tendo sido elaborado especificamente para esse trabalho e segundo Gil¹⁶, esta técnica de investigação busca entrar em contato com as opiniões, sentimentos e visões das pessoas participantes.

Quanto aos procedimentos a justificativa da escolha da Regional de Ceilândia ocorreu pela identificação de que esta Regional de Ensino possui o maior número de alunos matriculados por tipo de necessidade educacional especial no Distrito Federal, no caso deficiência auditiva¹⁷. Diante da natureza exploratória da presente investigação considerou-se que a disponibilidade da Regional para receber alunos com surdez favorecia a exequibilidade do estudo restando somente à predisposição dos professores para participação, o que foi consultada e após a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a pesquisa iniciou-se.

A amostra foi composta por 38 (trinta e oito) professores de Educação Física da Rede Pública na Regional de Ensino de Ceilândia - DF, em escolas do Ensino Fundamental e Médio, sendo 21 (55,3%) do sexo masculino e 17 (44,7%) do sexo feminino, ambos com

média de idade de $36,7 \pm 6,9$ anos. Todos eram formados em Educação Física sendo que 50% possuem graduação; 47,3% especialização e 2,7% mestrado. Como critério de participação foi considerado: ser professor efetivo de Educação Física da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, não estar em licença ou ausente da docência na escola e sua decisão de participação voluntária na pesquisa.

O questionário, cujo objetivo era o de conhecer os professores e suas experiências, foi dividido em três partes: identificação pessoal de cada participante idade, formação acadêmica e tempo de serviço; Conhecimentos sobre Libras e processo de capacitação para a atuação na educação inclusiva. E por fim, uma questão aberta cujo conteúdo abordou a formação para a atuação junto ao processo de inclusão do aluno surdo.

No que diz respeito à elaboração e validação do questionário inicialmente foi elaborada uma primeira versão composta por 21 questões fechadas e 1 aberta que foram avaliadas por professores, alunos de pós-graduação, participantes do grupo de estudo em Educação Física Adaptada da Universidade Católica de Brasília. As sugestões resultantes da apreciação foram organizadas e avaliadas, obtendo-se a versão definitiva e reduzida do questionário.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da Universidade Católica de Brasília – UCB, sob protocolo nº 039/2010, cumprindo a Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

Após a coleta dos dados, foi feita uma análise qualitativa das respostas referentes às questões fechadas, as quais estão apresentadas em tabelas de frequência cujo título identifica a questão fechada formulada no questionário. A questão aberta foi tratada pela metodologia da análise de discurso e as respostas agrupadas por semelhança de significados.

Resultados

O Brasil, nas últimas décadas, ao assumir compromissos, como o da Declaração de Salamanca²¹ passou a adotar medidas que influenciaram políticas

públicas de educação no país. Uma dessas leis, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira 9394/96 determina que a educação de pessoas com deficiência deva ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino³⁰. Sendo assim, a educação inclusiva é um processo fruto da defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação³¹.

Observa-se que nas escolas avaliadas estão presentes alunos e alunas com diferentes tipos de deficiência e essa presença exige uma política de inclusão. Todavia, mesmo entendendo que instrumentos legais venham a contribuir com o ingresso de todos à escola isso ainda não é suficiente, pois é preciso que se modifiquem atitudes, comportamentos e visões estigmatizadas²⁶.

A primeira questão levantada para os professores que participaram desse estudo foi sobre sua atuação em turmas regulares nas quais havia a presença de alunos com deficiência e as respostas mostraram que esta é uma realidade constatada na experiência da maioria dos participantes da pesquisa, visto que 89,5% da amostra trabalham ou trabalharam com alunos com deficiência em suas aulas, conforme pode se observar na Tabela 1. Constata-se que a presença de alunos com deficiências reclama por aulas inclusivas no cotidiano, o que requer uma formação específica e aprofundada.

Tabela 1. Valores de frequência da atuação em turmas inclusivas

	Frequência (n)	Percentual (%)
Sim	34	89,5
Não	4	10,5
Total	38	100

Tabela 2. Valores de frequência da existência de disciplina sobre inclusão do surdo ao longo da formação acadêmica da amostra

	Frequência (n)	Percentual (%)
Nenhuma	29	76,3
Uma	7	18,4
Duas ou mais	2	5,3
Total	38	100

Tabela 3. Valores de frequência da formação profissional continuada da amostra

	Frequência (n)	Percentual (%)
Nunca ouviu falar	2	5,3
Ouviram falar e não cursaram	28	73,7
Alguns	8	21
Total	38	100

Tabela 4. Valores de frequência referente a como percebem seu preparo profissional para atuação na educação inclusiva

	Frequência (n)	Percentual (%)
Despreparado	27	71,1
Preparado	10	26,3
Preparo excelente	1	2,6
Total	38	100

Tabela 5. Valores de frequência sobre informação a respeito de Curso de LIBRAS

	Frequência (n)	Percentual (%)
Nunca ouviu falar	4	11
Pouco	29	76
Não sabe, mas já ouviu falar	5	13
Total	38	100

Tabela 6. Valores de frequência referentes ao desejo de cursar LIBRAS

	Frequência (n)	Percentual (%)
Não	4	10,5
Pouco	11	29
Bastante	23	60,5
Total	38	100

Tabela 7. Valores de frequência do relacionamento professor-aluno

	Frequência (n)	Percentual (%)
Regular	4	10,5
Boa	19	50
Excelente	15	39,5
Total	38	100

De acordo com Quadros¹⁸ é necessária uma formação adequada aos profissionais, tendo em vista o aspecto da inclusão do aluno surdo para formar

professores bilíngues e que garantam o acesso e a permanência destes alunos na escola. Dentro desse aspecto, a amostra foi indagada quanto à existência de alguma disciplina, mesmo que não específica, durante sua vida acadêmica, que o auxiliasse na inclusão do aluno surdo (Tabela 2), ao que a maioria (76,3% da amostra), declarou não ter cursado disciplinas com este objetivo, trazendo indicativos de que o processo inclusivo tem sido pouco discutido ao longo da formação tanto na graduação como nos cursos de pós-graduação da amostra. Nesse sentido, é oportuno observar que embora o Decreto nº. 5.626, de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº10.436, de abril de 2002, apareça como possibilidade de uma política linguística para a comunidade surda, uma vez que prevê a inclusão de uma disciplina de LIBRAS em todos os cursos de licenciaturas no Brasil, ainda tem sua implantação marcada por ambiguidades. Quanto à formação continuada (Tabela 3) observa-se um número alto de respondentes que revelaram ouvir falar sobre cursos em geral, todavia não cursaram (73,7%), algo que se acentua quando a pergunta é sobre o Curso de LIBRAS (Tabela 5).

Considerando essa necessidade a amostra foi indagada sobre a realização de cursos sobre inclusão de alunos surdos promovidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF para formação profissional e foi observado que há, entre a maioria dos entrevistados (94,7%), o conhecimento acerca da existência de cursos sobre o tema. Entretanto, apenas 21% da amostra cursaram e dois professores, afirmaram nunca ter ouvido falar sobre os mesmos.

A SEEDF, por meio da Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação oferece cursos de LIBRAS e de Educação Física Inclusiva desde a década de 1990, que são abertos a todos os professores da Rede Pública do DF e que atendem ao disposto na Declaração de Salamanca que sugere que o governo garanta “[...] programas de treinamento de professores, tanto em serviços como durante a formação, incluindo a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas” (p.2)²¹. Percebe-se que a capacitação reclamada por muitos professores, encontra uma realidade

de aproximações que precisa ser revista para identificar qual o principal problema para que a informação e a liberação do docente ocorram promovendo sua participação em cursos de capacitação para o processo de inclusão.

Os professores ao serem questionados sobre seu conhecimento para o trabalho com alunos surdos, especificamente no que se refere a LIBRAS (Tabela 5), quatro deles (11% da amostra) afirmaram nunca ter ouvido falar. Outros vinte e nove professores, ou 76% da amostra, afirmaram ter pouco conhecimento e cinco professores (13% da amostra), disseram não saber LIBRAS, mas já ter ouvido falar. Em consonância com este achado, está a auto percepção dos professores sobre seu preparo para atuar na educação inclusiva (Tabela 4), uma vez que 71,1% (27 professores) consideram-se despreparados.

O sentimento de despreparo corrobora com os achados em outros estudos¹¹⁻¹³ e reforça o entendimento de que a formação do professor de Educação Física ainda deixa transparecer uma gama de enfrentamentos ainda necessários visando a garantir a inclusão de alunos com deficiência nas aulas regulares.^{13,19}

Diante da realidade a amostra foi interrogada quanto ao desejo de cursar LIBRAS (Tabela 6) e a maioria, 60,5%, expressou ter esse desejo de forma intensa. Em contrapartida, onze professores, ou 29% da amostra, disseram-se pouco interessados e quatro deles, 10,5% da amostra, disseram não ter interesse por tal formação. Quanto a essa questão, é importante ressaltar o que comenta Freire²⁰ ao afirmar que, com relação à capacitação profissional é necessária uma reflexão crítica sobre a prática docente, além do conhecimento dos conteúdos e, sendo assim, não é suficiente ter a oferta de capacitações, mas também o interesse e disponibilidade dos professores para procurá-las, bem como a devida divulgação pelos órgãos promotores e a adequação do tempo e demais condições de liberação do professor para realizar tal capacitação.

Alguns estudos demonstram que a formação dos professores para o processo inclusivo está estreitamente ligada às atitudes do professor diante de tal processo e é fundamental para a efetivação da inclusão conforme apontam Falkenbach¹³, Rodrigues¹⁹, Boato²², Chicon²³, Falkenbach, Werle e Drexler²⁴, Palla e Mauerberg-de-Castro²⁵, Gorgatti²⁶ e Sant'ana²⁷.

Porém, para que o processo de formação continuada, em que o professor seja protagonista na discussão sobre as possibilidades e limitações da inclusão dos alunos surdos nas aulas de Educação Física, se efetive, é necessário à mudança no que se refere à capacitação docente. Isso não significa necessariamente culpabilizar o professor, nem deixar de observar que a oferta de formação pode estar acontecendo de modo falho, mas sim reforçar a importância da capacitação do professor para atuar no processo educativo que visa a inclusão.

Segundo Glat⁵, para que um professor de Educação Física desempenhe bem sua função na educação inclusiva, é importante que ele oriente e promova oportunidade de participação de todos, por meio de planejamento, intervenções e adaptações de atividades, o que sugere um profissional capacitado, mas, sobretudo, disponível e aberto para as discussões necessárias no processo de inclusão.

A realidade, com sua complexa gama de diversidades requer uma busca por parte do professor e dos órgãos públicos de propiciar meios para uma formação adequada visando a receber os alunos com diversas deficiências, inclusive os alunos surdos em suas aulas. Um aspecto importante é que o aluno com surdez pode ficar prejudicado pela falta de conhecimento de LIBRAS por parte do professor, uma vez que é esta uma comunicação mais efetiva com os alunos surdos, o que pode ser fator limitante no desenvolvimento dos mesmos.

Mesmo considerando que a Educação Física, segundo Rodrigues¹, no âmbito da educação inclusiva, apresenta-se como uma disciplina com possibilidades que permitem a participação de alunos com deficiências, com uma abordagem de ensino maleável e de professores mais abertos à comunicação que em outras disciplinas, a não

compreensão por parte do professor das necessidades do aluno surdo pode prejudicá-lo em seu desenvolvimento.

O bom relacionamento com os alunos nas aulas de Educação Física fica patente nas respostas apresentadas pelos professores quando indagados sobre o assunto (Tabela 7), pois trinta e quatro professores (89,5%) da amostra apontaram como boa ou excelente sua relação com os alunos e, apenas quatro (10,5%) disseram ser regular. Porém, o não conhecimento das questões referentes à surdez, sentimento de despreparo e falta de formação continuada (Tabelas 2 e 3) podem nos revelar a existência de problemas uma vez que o não questionamento, por parte do aluno, ou a ausência de contato com o aluno pode causar uma falsa impressão de que a situação não demanda ajustes e pode ser deixada como está.

A condição de formação adequada para a atuação no processo de inclusão segundo as respostas da amostra à questão aberta destaca a falta de preparo para ministrar aulas inclusivas como um dos fatores a ser melhorado em seu trabalho.

[...] primeiro uma preparação, a começar pelos cursos de licenciatura que precisam enfatizar tal problema: a surdez; seria interessante que os professores tivessem uma noção de linguagem de sinais para facilitar a comunicação no âmbito escolar;

[...] é grande o despreparo dos auxiliares de educação e do próprio corpo docente;

[...] mas o aprendizado tanto na universidade quanto nas escolas é nenhum, se o professor não tiver interesse em aprender por fora fica sem o conhecimento;

[...] somos pouco orientados quanto à inclusão de alunos com qualquer tipo de deficiência, temos que recorrer a pesquisas sobre o assunto e ao nosso próprio conhecimento para lidar com os desafios do nosso cotidiano e para aprender a lidar com esses alunos.

[...] acredito que poderia ter auxiliado melhor se tivesse uma preparação qualificada, pois a maioria dos profissionais da educação não está apto didaticamente, socialmente e nem psicologicamente para esta inclusão [...] se faz necessária e urgente a formação desse profissional visando à inclusão e o aproveitamento deste belo momento de evolução social e para isso um grande desafio é buscar atualização, através de cursos e seminários.

A partir da observação dos discursos dos respondentes fica evidente a falta de uma formação adequada e o reconhecimento da necessidade de atualização. De acordo com Glat e Pletsch²⁸ o maior entrave à escola inclusiva ainda está na formação tanto inicial quanto continuada dos professores das salas comuns. A falta de conhecimentos específicos que

auxiliem o professor no processo ensino aprendizagem de alunos com diferenças na aprendizagem acabam prejudicando os educandos que precisam dessas novas intervenções.

Segundo Rodrigues¹ a formação inicial do professor de Educação Física ainda que contemple conteúdos relacionados à deficiência, tem sido pouco relacionada com práticas que facilitem a inclusão. Assim, apesar das exigências contidas na legislação bem como o aumento do número de professores de Educação Física que cursam a disciplina de Educação Física Adaptada²⁹ ainda existem defasagens quanto à capacitação para atuação na educação inclusiva^{11,26}.

Os achados confirmam a Declaração de Salamanca, de que o governo deve: “adotar o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma” (p.2)²¹. No entanto, apesar de existir um discurso de escola para todos, apregoado pelas legislações vigentes, ainda há um confronto com a realidade da escola onde o processo de inclusão possibilite não só a propalada socialização, mas também o desenvolvimento acadêmico.

As afirmações da amostra, ao responderem à questão aberta, confirmam a importância da inclusão escolar.

[...] a inclusão é uma realidade e uma necessidade. O respeito às diferenças é fundamental;

[...] a comunidade, principalmente alunos, já apresentam condições de receber em seu meio o portador de qualquer necessidade sem tratá-lo como coitado ou desigual;

[...] a questão da inclusão dos alunos com deficiência melhorou bastante, visto que até pouco tempo atrás, tais alunos eram matriculados em escolas especiais. Temos visto que há um empenho em tentar melhorar essa questão;

[...] sabemos que a realidade da inclusão no ensino regular está se fazendo de forma lenta e com muita dificuldade.

[...] a inclusão ainda é um desafio para a escola, pois os recursos não atendem totalmente as dificuldades dos alunos, na medida em que é necessário um empenho maior por parte do governo. Algumas escolas especiais possuem professores especialistas e atualizados por meio de cursos oferecidos pelo governo, mas é pouco, pode ser melhor e é preciso fazer com que o aluno sinta prazer em ir à escola e o professor sinta vontade em transformar a realidade desse aluno.

[...] todo processo de inclusão ainda é muito recente e não vem recebendo a atenção devida, muitos problemas ainda serão enfrentados, muitas adaptações serão realizadas, são inúmeros os ajustes que envolvem o tema que precisam sempre ser bem avaliados e levados em consideração em debates e estudos junto à escola para poderem desde já dar

atendimento e realizar o trabalho de forma a alcançar os objetivos propostos para a educação inclusiva.

Percebe-se que, na prática, a política nacional de educação inclusiva tem se mostrado presente no discurso dos professores, pois alguns já consideram a presença de melhorias ao longo do tempo enquanto outros acham que o processo ainda está muito lento e que o governo não tem contribuído o suficiente para isso. Ao contrário do que alguns pensam a inclusão não está condicionada à matrícula do aluno em escolas regulares, mas sim à possibilidade de reorganizar pedagogicamente a escola e seus conteúdos em função do exercício da cidadania. Nesse sentido, deve haver a participação de todos e não somente da escola, mas a sociedade como um todo, pois os primeiros passos foram dados através de decretos e leis, mas há muito a fazer para que isso se concretize³².

Para que um professor de Educação Física desempenhe bem sua função na educação inclusiva é importante que ele oriente e promova oportunidade de participação de todos, por meio de planejamento, intervenções e adaptações de atividades⁵. Porém, Carmo³² diz que os professores, em sua grande maioria se apresentam contra a discriminação e segregação, mas na prática, esse comportamento às vezes é mantido.

Lacerda¹⁴, em seu estudo com professores, intérpretes e alunos com deficiência auditiva aponta, como dado preliminar, um bom relacionamento entre os alunos e um bom rendimento geral do aluno surdo. Todavia, relata que após análise mais atenta do mesmo material, observou: falta de preparação para prática, desinformação geral acerca do conhecimento sobre surdez e suas peculiaridades, ausência de planejamento de ações coordenadas que considerem a presença do intérprete e, talvez o que a autora considerou mais importante que seria a não consciência de que existem muitos problemas ocorrendo no espaço escolar, que merecem atenção e ações por parte dos professores.

O processo de ensino aprendizagem deve valorizar experiências e vivências dos alunos em processos de inclusão. Segundo Teske³⁴ a pessoa com deficiência quando não excluída pela comunidade, a própria família o mantém distante do convívio social para evitar o

preconceito, apresentando uma realidade que precisa ser mudada. Essa situação pode ser confirmada pelos relatos de alguns docentes:

[...] os pais e também os próprios alunos querem esconder tal diagnóstico por receio de preconceitos. Para que haja mudança desse quadro: [...] se todos se unirem em prol da educação teremos sim uma educação de qualidade e inclusiva para as pessoas que necessitam;
[...] por meio de procedimentos que vão desde a participação, aceitação e conscientização da comunidade até os níveis em âmbito escolar.
[...] essa é uma clientela abandonada pela sociedade;
[...] existem vários desafios para se trabalhar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física, mas o principal deles é o preconceito;
[...] a comunidade está despreparada para uma atividade verdadeiramente inclusiva, sem preconceitos e discriminação;

De fato, a inclusão que temos visto mostra que não são suficientes apenas instrumentos legais que assegurem a matrícula de alunos com deficiência na escola. É necessário que se modifiquem atitudes, comportamentos e visões estigmatizadas criando no espaço educativo um ambiente que valorize a socialização, solidariedade e colaboração.

Gaio³⁵ observa que às vezes podemos ter limitações, na construção biológica, porém capacidades inimagináveis na corporeidade “[...] conscientes da existência social e cultural do ser humano e, eficientes em diversas tarefas para as quais a vida social organizada nos fornece espaço para participar, como o trabalho, a escola, o lazer e outros”(p.161)³⁵.

É importante que além de oferecer conteúdos, por mais variados que sejam que se estimulem as potencialidades, pois do contrário não há como assegurar a inclusão e participação do aluno com deficiência nas aulas. Para tanto, esses conteúdos devem ser capazes de suscitar uma reflexão não só sobre a temática deficiência, mas principalmente, levar os professores a repensar o conhecimento da Educação Física Escolar, analisando e compreendendo os limites e possibilidades de inclusão desses alunos em suas aulas e na escola.

Em síntese, a educação inclusiva, é um dever de todos e tanto a escola como o professor devem ter a responsabilidade de revisitar sua prática pedagógica para atender a demanda daqueles que precisam ter acesso aos conteúdos. Uma flexibilização curricular, no entanto, não

pode ocorrer unilateralmente e é imprescindível que a escola empreenda uma reorganização pedagógica em que o espírito crítico abra espaço para a cooperação, diálogo, solidariedade a fim de se modificar as condições excludentes para o pleno exercício da cidadania.

Conclusões

A discussão acerca do preparo de professores de Educação Física para o processo de inclusão escolar de alunos surdos, embora tenha aumentado nos últimos anos, necessita de maior aprofundamento e acompanhamento. Com os resultados encontrados no presente estudo pode-se observar que, o reconhecimento que fazem de sua falta de capacitação profissional específica está profundamente associado ao fato de que os professores recorrem muito pouco às oportunidades de capacitação continuada que são disponibilizadas, uma situação que demanda a investigação dos motivos e causas dessa realidade.

No que diz respeito à formação do professor para contribuir no processo de inclusão das aulas regulares, apesar de se notar empenho e algum conhecimento da questão, ainda existem dificuldades para sua efetiva realização. Entre os professores participantes do estudo há um reconhecimento de seu despreparo, muito embora a maioria deles já tenha atuado ou atua em classes com crianças com deficiência e identificam possuir boa ou excelente relação com seus alunos.

O trabalho regular do professor precisa caminhar par e passo com um processo de formação continuada, ensino bilíngue dentre outras condições para que tenham de fato ferramentas de intervenção em sua atuação de forma a possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades do aluno Surdo, pois este tem potencial de aprendizagem como qualquer outro, devendo ter apenas oportunidade de vivenciar atividades que lhe proporcionem autonomia e desenvolvimento.

Aponta-se como principais limitações do estudo o número limitado de participantes bem como a necessidade um maior contato com os professores pesquisados para identificar os motivos ou condições que os impedem de buscar uma maior capacitação. Sendo assim embora já existam estudos que abordem a perspectiva da inclusão,

outros estudos são necessários para aprofundar a discussão. Desta forma, contribuir-se-ia para a implementação de ações voltadas à formação continuada e, principalmente, a mudança de visão e de atitudes para que a inclusão educacional de alunos Surdos se efetivasse.

Portanto, mais que professores capacitados o processo de inclusão pede professores disponíveis para se capacitar e programas públicos efetivos que viabilizem a formação continuada, para atender às necessidades dos alunos com deficiência, visualizando suas capacidades e possibilidades e não suas deficiências e limitações.

Referências

- Rodrigues, D. As promessas e as realidades da inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação Física. In: **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas;2006.
- Bianchetti, L. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial** 1995; 3:7-13.
- Munster, MAV; Almeida, JYG. Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio. In: **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas; 2006.
- Silva, RHR; Sousa, SB; Vidal, MHC. Educação Física Escolar e inclusão: Limites e Possibilidades de uma prática concreta. **Rev. Esp. de Educação Física** 2005;2:66-76.
- Glat, R. Adaptações curriculares no contexto da educação inclusiva. **Anais do Congresso INES: 150 anos do cenário da educação brasileira**. Divisão de Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro, 2007.
- Maciel, MRC. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva** 2000;14(2):51-6.
- Winnick, JP. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3.ed. Barueri: Manole, 2004.
- Silva, MPM. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. 2.ed. São Paulo, SP: Plexus, 2001.
- Quadros, RM ; Schmiedt, MLP. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- Brasil, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos**. 2º ed. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf> [2012 set 4].
- Souza, GKP.de; Boato, EM. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. **Educação Física em Revista** 2009;3(2).
- Gorgatti, MG. **Educação Física Escolar e Inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Escola de Educação Física e Esporte, 2005.
- Falkenbach, AP. A questão da integração e da inclusão nas aulas de Educação Física. **Revista Digital. Buenos Aires** 2007; 11(106). Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd106/> [2012out01].
- Lacerda, CBF de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes** 2006;26(69):163-184.
- Silva, A. B. P.; Pereira, M. C. C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília v.19, n. 2, 2003.
- Gil, AC. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo. Atlas, 1999.
- Brasília. Secretaria de Educação do Distrito Federal, 2011. Disponível em: http://www.se.df.go.br/wp-content/uploads/pdf_se/Censo/2011_503_ee_pub_dre.pdf [2012 set 02].
- Quadros, RM. Alternativas de formações profissionais no campo da surdez. **Anais do Congresso Surdez e universo educacional**. INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, Rio de Janeiro, 2005.
- Rodrigues, D. A Educação Física Perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Rev. da Educação Física/ UEM** 2003; 14(1):67-73.
- Freire, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998.
- Unesco. **Declaração de Salamanca, Espanha: Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura,1994**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> [2010 out 14].
- Boato, EM. A Educação Física Escolar frente aos desafios da Educação Inclusiva. In: Chicon, J.F. e Rodrigues, G.M. (org.). **Educação Física e os desafios da Inclusão**. Vitória: EDUFES, 2010.
- Chicon, JF. Compreendendo a inclusão/exclusão no contexto da educação física escolar. In: Chicon, JF. e Rodrigues, GM. (org.) **Educação Física e os desafios da inclusão**. Vitória: EDUFES, 2010. p.66-103.
- Falkenbach, AP.; Drexler, G.; Werle, V. Investigando a ação pedagógica da Educação Física na Educação Infantil. **Movimento** 2006;12(1):81-103.
- Palla, AC. e Maueberg De Castro, E. Atitudes de Professores e Estudantes de Educação Física em relação

ao ensino de alunos com deficiência em ambiente inclusivo. **Rev. da Sobama** 2004;9(1):25-34.

26. Gorgatti, MG; Rose Jr, D. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. **Movimento** 2009; 15(2):119-140.

27. Sant'ana, IM. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo** 2005; 10(2):227-234.

28. Glat, R; Pletsch, MD. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2011.

29. Brasil. **Conselho Federal de Educação, Resolução n.03/87**. Ministério da Educação, Brasília 1987.

30. Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 02 de dezembro de 1996.

31. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Caderno Cedes** 2008; 28(75):269-273.

32. Sato, C; Cardoso AM; Toloka, RE. A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais nas escolas regulares: Receio ou Coragem? In: Venâncio, S; Augusto, DILS. **Pedagogia do movimento. Coletânea de textos**. Campinas: Unicamp-FEF/DEM, 2002.

33. Carmo, AA. Atividade motora adaptada e inclusão social. In: **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

34. Teske, O. Libras nas Universidades. **Anais do Congresso Surdez e universo educacional**. INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, Rio de Janeiro, 2005.

35. Gaio, R. **Para além do corpo deficiente: histórias de vida**. Jundiaí, SP: Ed. Fontoura, 2006.